

# Abordagens e representação do campo comunicacional<sup>1</sup>

Luiz C. Martino<sup>2</sup>

## RESUMO

O que devemos entender pela expressão campo comunicacional? O presente texto apresenta e discute as principais formas de abordar a questão da representação de nosso domínio de estudo. Analisa a substituição da expressão “ciência da comunicação” por “campo comunicacional”, propondo um exame crítico dessas representações.

**Palavras-chave:** Campo da comunicação; epistemologia da comunicação; teoria da comunicação.

## ABSTRACT

*What we must understand by comunicacional field? This paper shows and argues the main forms to approach the representation of our domain of study. Its analyses the replacement of the concept of “science communication” for the “field of communication”, proposing a critical analysis for those representations.*

**Keywords:** *Field of communication; communication science; communication theories.*

1 Este trabalho é fruto da participação no 3º Simpósio Nacional sobre Comunicação e Práticas de Consumo, cujo tema foi “Campo da comunicação”, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), realizado em São Paulo, em 12/5/2005. Uma versão ampliada foi apresentada no grupo de trabalho “Epistemologia da comunicação”, do XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru-SP, em junho/2006. O que apresentamos aqui é sua versão definitiva, corrigida e modificada. O trabalho contou com o apoio do CNPq e da Finatec.

2 Professor da Universidade de Brasília (UnB) e Pesquisador do CNPq; coordenador da Linha de Pesquisa Teorias e Tecnologias da Comunicação do Programa de Pós-Graduação da UnB. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação da Intercom.

## Introdução

Apresentar uma área de conhecimento em formação não é uma tarefa fácil, nem muito grata, sobretudo como acontece com a comunicação, que além de se encontrar no cruzamento de muitas dimensões do conhecimento e da vida prática, reúne em torno de si muitos tipos de interesse, inclusive o exercício do poder. É natural, então, que tenham sido formadas compreensões muito variadas sobre as teorias e mesmo sobre a própria natureza do processo comunicacional, o que praticamente inviabiliza qualquer trabalho de síntese e deixa pouco espaço para afirmações categóricas.

À medida que a comunicação tem se firmado como um domínio de investigação, o termo *campo* tem sido empregado para se referir ao conjunto de atividades aí desenvolvidas ou reagrupadas sob o nome genérico de *comunicação* (comunicação social, comunicação de massa, comunicação humana, *media studies*, entre outros). Nesse sentido ele é usado como uma designação genérica, algo vaga, sem um conteúdo muito preciso, que no entanto se justifica como uma alternativa às muitas designações possíveis.

Certamente se trata de uma expressão cômoda, que evita entrar nos meandros da discussão sobre o regime disciplinar dos diferentes recortes teóricos, paradigmas e objetos de estudos pelos quais essa área de conhecimento se deixa expressar. Mais precisamente, trata-se de evitar o uso da expressão *ciências da comunicação*, e assim tem sido usada para se contornar uma discussão que não se deseja trazer para o primeiro plano. Contudo, essa falta de interesse imediato não pode colocar indefinidamente “entre parênteses” o problema da diversidade de compreensões de nossa área de conhecimento e até mesmo de seu estatuto epistemológico. Reconhecer e aceitar a comodidade da expressão *campo* (campo comunicacional, campo da comunicação) não deve, então, ser confundido com uma neutralidade, uma posição de recuo e independência, como se a discussão sobre a identidade da área pudesse ser posta indefinidamente à parte das discussões que atravessam nosso domínio de estudo, ou, como querem alguns autores, já tivesse sido superada (ver, por exemplo, Rodrigo Alsina 1989).

Se nos parece demasiado evidente que o emprego de uma expressão vaga não nos coloca acima ou para além do trabalho de situar e definir

a natureza do conhecimento que é gerado pelos estudos de comunicação, por outro lado, nos parece interessante nos debruçar sobre a análise do novo enquadramento epistemológico que é desenhado com base na substituição da expressão “ciência da comunicação” por “campo comunicacional”, pois por esse deslocamento podemos acompanhar a trajetória das abordagens e a representação que a área faz de si mesma.

Então mais do que tentar expressar uma visão do que seria o campo comunicacional – que, aliás, todos nós temos e não podemos deixar de ter –, procuramos levantar as formas de representação de nosso domínio de estudo, combinando aspectos históricos e uma apresentação esquemática, mas também crítica, das abordagens mais freqüentes encontradas na bibliografia específica.

### **A noção de campo**

O termo *campo*, de origem latina, designa inicialmente um lugar, ou um lugar para o cultivo. Em meados do século XIX ele faz sua entrada na ciência, por meio da física, com Faraday, e é aperfeiçoado por Maxwell, que o emprega em expressões como *campo magnético*, visando fornecer uma descrição mais adequada de certos fenômenos físicos que aquela dada pelo conceito de força, empregado por Newton.

Mas é somente no século seguinte que a noção passa para o domínio das ciências humanas, introduzida nos anos 1930 por Kurt Lewin, psicólogo de origem alemã, cujo interesse por estudos de epistemologia comparada o leva a adaptar o conceito da física para o domínio da psicologia estrutural. A influência do movimento gestaltista, no qual Lewin aparece como um de seus grandes nomes, também constituiu outra via de aproximação, já que as noções de *estrutura*, *forma* e *sistema* aí assumem lugar de destaque. De fato, a noção de *sistema* se encontra muito próxima daquela de *campo*, pois ambas fazem referência a um conjunto de elementos cuja influência recíproca as torna interdependentes<sup>3</sup>. A principal diferença talvez esteja na formulação

3 Na verdade, essa idéia está presente em conceitos de outras áreas do conhecimento, como a noção de *interação*, em sociologia, particularmente em sociologia do conhecimento.

mais radical da primeira, já que, para os pensadores da *gestalt*, a noção de sistema se refere a um conjunto de elementos que não portam significação em si mesmos, sua significação é derivada do estado total do sistema. Nessa acepção, o termo *sistema* também foi empregado na lingüística estrutural (Saussure; Jakobson) e teve grande influência no conjunto das ciências humanas nos anos 1950 e 1970, com o movimento estruturalista francês.

Na área da comunicação, a noção encontra duas acepções, as quais é preciso bem distinguir. A mais corrente hoje é também a menos apropriada, já que toma emprestada a noção de campo da sociologia de Bourdieu, que a emprega para recortar e analisar as relações intrínsecas aos agentes sociais em torno de uma certa atividade social (sobretudo as profissões, os *métiers*, mas também qualquer atividade capaz de gerar uma matriz social nos termos de Durkheimer). Os elementos aqui são os agentes sociais, suas representações e lutas pela construção dos valores e do sentido das coisas, um tipo de análise própria à sociologia das profissões e também à sociologia do conhecimento. Mas o uso da noção de campo em termos epistemológicos se refere às correntes teóricas; os elementos em jogo, aquilo que compõe o campo, são as teorias, as escolas, ou seja, ao contrário da acepção que se dirige a uma descrição do elo social, temos como objeto um domínio do conhecimento humano.

Retendo apenas esta última, a única que nos interessa aqui, vemos que ela somente começa a ser usada de modo sistemático nos anos 1980, na medida em que cresce a discussão do estatuto disciplinar do saber comunicacional, iniciada na década de 1960, a partir do famoso trabalho de Wilbur Schramm (1963), sobre a ciência da comunicação. Um debate que, na verdade, deve muito mais aos equívocos dessa obra que aos supostos pais fundadores ali indicados. Afinal, nenhum deles reivindicou tal título, tampouco renegou sua respectiva área de conhecimento ou mesmo chegou a tratar do assunto da constituição de qualquer “ciência da comunicação” ou algo parecido. Mas, de qualquer modo, a obra de Schramm constitui um verdadeiro marco no pensamento epistemológico para a área, seja pelas críticas que lhe foram geradas ou pelas inadvertidas e reiteradas referências que ainda tomam Paul Lazarsfeld, Kurt

Lewin, Carl Hovland e Lasswell como fundadores de uma ciência que nunca chegaram a formular.

O mérito de Schramm foi lançar a discussão, já que antes dele tínhamos apenas um estado de dispersão. Embora houvesse elementos empíricos e contribuições teóricas importantes, estes não chegavam a instaurar um debate epistemológico. A “ciência da imprensa” na Alemanha da virada do século XX, talvez a mais antiga tentativa de rotular os novos conhecimentos gerados em torno dos meios de comunicação (Nixon 1968), estava longe de ser um empreendimento isolado. Aqui e ali podemos ver tentativas de instituir uma disciplina científica ou programas de investigações sobre o fenômeno comunicacional, como a filmologia francesa dos anos 1940 ou a consolidação dos trabalhos de pesquisa em torno dos efeitos dos meios, promovida pela Fundação Payne na década de 1930.

Os diferentes desenhos e matizes teóricos propostos para essas novas ciências são, aliás, bastante eloqüentes para mostrar como tem sido rico esse processo, o que revela a extrema dificuldade de se traçar uma representação da área (e não apenas uma compilação de experiências reunidas sem qualquer critério). Esse quadro inicial marcará profundamente as futuras gerações de teóricos, não somente em razão de um certo consenso construído em torno da idéia de diversidade do campo, mas principalmente porque, abordado sem distanciamento crítico, sem uma investigação da significação teórica disso que aparecia como uma evidência irrefutável, essa interpretação resultará num excessivo alargamento do círculo das iniciativas de fundação da “ciência da comunicação” e da extensão mesma do domínio de conhecimento (retórica, cibernética, semiótica, lingüística), pouco afeito a precisões. Muitos teóricos contemporâneos equivocadamente entendem a formulação do campo comunicacional como o somatório dessas iniciativas e suas correntes de estudo, tomando-as como peças de um impossível quebra-cabeça, cuja solução nos daria a unidade da “ciência da comunicação”, ou, simplesmente, se contentam em denunciar essa impossibilidade de síntese, apelando para o plural (ciências da comunicação), de modo cômodo e irrefletido.

Os anos 1960 ainda contam com outro destaque importante e representam uma verdadeira virada nos estudos de comunicação. O livro de Melvin DeFleur, *Teorias da comunicação*, constitui outra referência obrigatória, como uma das primeiras e mais influentes tentativas de sistematizar a produção teórica. No entanto, foi preciso esperar os anos 1980, com o célebre número do *Journal of Communication*, “*Ferment on the Field*”, para realizar algumas das promessas e expectativas levantadas pelo livro de Schramm e vermos implantada a discussão epistemológica.

A partir daí a discussão sobre o estatuto epistemológico de nossa área estava realmente implantada como uma questão central para o crescimento e a organização da comunicação. Mas chamamos a atenção para um deslocamento importante e que deve ser visto com interesse: o fato de que a comunicação não está mais colocada como ciência, mas como campo. Esse deslocamento da questão, apesar de significativo, tem passado despercebido. Ele indica claramente o desgaste sofrido pelo termo *ciência*, identificado em excesso com a produção comunicacional estadunidense dos anos 1940-1960. O ataque à cientificidade vinha, em realidade, de duas frentes diferentes que se sobrepunham e acabaram somando suas forças: de um lado um movimento interno à própria comunidade científica, que, criticando o empirismo, caminhava em direção a uma superação da hegemonia da vertente positivista; e, de outro, de uma crítica radical à própria ciência, gerada por setores marxistas, como a Escola de Frankfurt. Enquanto esta última tendência leva a uma negação da ciência (pelo menos nos moldes que vinha se constituindo desde o século XVI), a primeira tendência representa uma continuidade da tradição científica, um elo na cadeia de seu aperfeiçoamento constante; portanto, tratava-se de uma discussão interna e não revolucionária ou negadora da ciência e, neste sentido, deve ser entendida como uma busca natural, própria ao pensamento racional, de novos posicionamentos baseados em impasses gerados pela posição positivista e não sua desclassificação e eliminação sumária como ideologia. Contudo, é interessante observar que a tendência marxista teve um impacto muito grande na epistemologia da área de comunicação, chegando a ser dominante em

certas épocas (pensamento europeu dos anos 1950 a 1970, aproximadamente) e lugares (pensamento latino-americano). Ela quase sufocou o desenvolvimento de uma “ciência da comunicação”, que a partir de então passaria a ter dificuldade de se desembaraçar de certa conotação negativa. Desse modo, o saber comunicacional se repartia entre duas possibilidades: assumir um viés de crítica social, ao risco de se ver reduzida como instância estritamente política; ou se entrincheirar nas pesquisas de outras disciplinas, para garantir a cientificidade da investigação.

O estatuto do saber comunicacional se via assim preso entre duas soluções contraditórias: abandonar a discussão da cientificidade (e se reduzir à política, seja na forma de militância, seja na forma de estudo, como ciências políticas) ou resguardar sua natureza científica, mas ao preço de abrir mão de sua autonomia e de se desintegrar nas diversas disciplinas que compõem seu *corpus* teórico. De qualquer modo, o debate epistemológico perdia força, já que o saber comunicacional simplesmente desaparecia sob o peso das exigências do jogo político ou era empurrado para outros saberes, perdendo assim a possibilidade de determinar sua especificidade, salvo aquela de um “grande rótulo”, uma “etiqueta”, uma simples designação para agrupar os vários estudos e contribuições dos diferentes domínios do saber em torno de *fenômenos comunicacionais* (atenção ao uso do plural, indicando a generalidade e a imprecisão desta expressão). Daí a idéia de uma “ciência encruzilhada”, com tônica neste último termo, já que o primeiro é apenas retórico, um modo de dizer, não tendo fundamentação. Daí também um dos sentidos da idéia de “campo”, dos mais correntes, bem distinto daquele com o qual abrimos este artigo, que em seu tom genérico e dissuasivo é empregado para se contornar uma discussão que não está momentaneamente em foco, mas sim como um posicionamento bem preciso, em favor de uma natureza não disciplinar para o saber comunicacional<sup>4</sup>.

4 Essa posição pode assumir vários matizes, indo da recusa absoluta do estatuto científico até a defesa e reivindicação deste; as duas posições passando pela interdisciplinaridade. Na verdade trata-se de duas fases do pensamento interdisciplinar: na primeira, entre os anos 1960 e 1970, a interdisciplinaridade é interna à ciência; a comunicação é vista como o resultado da contribuição de várias disciplinas científicas. Na segunda, ao contrário, sua autonomia a atira para fora do espaço científico, para além e acima deste. Ver artigos em Martino (2001a; e principalmente 2004).

Tenha-se em conta que a própria fórmula utilizada para se designar tal debate na década de 1950 (e em uso ainda hoje), como oposição entre pesquisa *administrativa* e pesquisa *crítica*, deixa claro que a discussão não passava exatamente pela ciência, mas por uma visão extremamente particular dela, que é a *pesquisa administrativa*, ou seja, uma visão de *ciência aplicada* e portanto muito comprometida com a ação social, seu aproveitamento por setores ligados à produção econômica ou à atuação política (Estado, indústria, comércio etc.). Assim colocado, o debate opunha uma visão político-ideológica da comunicação a uma visão instrumental, na qual a comunicação estava voltada para o fornecimento de subsídios aos tomadores de decisão (particularmente as empresas que financiavam esse tipo de pesquisa). Entre um extremo e outro não havia espaço algum para a discussão epistemológica e a aproximação com as ciências sociais, a fim de implementar as bases de uma discussão dos fundamentos desse saber. É fácil, então, entender por quê, em tal contexto e na forma que o problema aparecia formulado, os aspectos epistemológicos foram simplesmente deixados de lado.

A introdução do termo *campo* nos anos 1980 representou, então, uma certa trégua ou superação, não exatamente do debate sobre a cientificidade do saber comunicacional, já que este não era exatamente o foco do problema, mas uma superação dos moldes como o debate tinha sido colocado pela vertente de Schramm. Tal “sutileza”, infelizmente, parece escapar a muitos teóricos, que, de modo contraditório, reconhecem a fraqueza da formulação de Schramm, mas fecham os olhos para o fato de que se tratava de uma concepção muito particular, datada e extremamente frágil da atividade científica. Não nos esqueçamos que *The science of human communication* (1963) é uma coletânea de material radiofônico, preparado para a Voz da América<sup>5</sup>, e, portanto, voltada para o grande público. Em todo caso, nessa década ganhava terreno a idéia de que a comunicação não chegava a constituir um saber, pois, segundo as evidências, se apoiava claramente em outras disciplinas. Ou melhor,

5 Serviço radiofônico do governo dos Estados Unidos, inaugurado em 1942, homólogo à BBC de Londres e à Radio France International.



constituía apenas um ponto de convergência, como objeto empírico estudado por outras disciplinas. Tal interdisciplinaridade, tomada como evidência empírica, dominou o pensamento comunicacional dos anos 1970, e já estava presente na formulação de Schramm, que lhe dá uma das mais expressivas metáforas (de ciência encruzilhada, onde todos passam e ninguém fica). Ela não deve ser confundida com aquela que se consolida nos anos 1990, quando a interdisciplinaridade passa a ser entendida com um novo estatuto disciplinar, diferente e oposto à ciência (Martino 2004).

Ampliando as observações anteriores, tentaremos traçar de forma esquemática algumas fases do desenvolvimento do pensamento comunicacional.

1) Período anterior a 1920. *Pré-científico* – A constituição do campo comunicacional está associado ao surgimento dos modernos meios de comunicação, aproximadamente em meados do século XVIII. Na verdade, trata-se de uma trajetória que vai da invenção dos tipos móveis em metal (ou mesmo da industrialização da imprensa, já que esse procedimento, com exceção do uso do metal, já era bem conhecido no Oriente desde o início da era cristã) até seu emprego regular e sistemático com os periódicos cotidianos do final do século XIX. Em 1501 encontramos a primeira iniciativa de censura da atividade de imprensa, com o papa Alexandre VI, o que denota a atenção já merecida pela nova tecnologia. Mas o verdadeiro debate se instaura junto mesmo com a consolidação da imprensa ainda na primeira metade do século XIX, quando é cunhada a expressão “quarto poder”. Inaugurava-se, assim, um novo setor do conhecimento, com novos personagens, como o intelectual e as figuras públicas que se engajam em um amplo debate em torno das questões da atualidade. Nesse período, o campo comunicacional se confunde com a discussão da própria atualidade, não havendo ainda um recuo teórico, necessário à elaboração de um conhecimento específico. Essa etapa é marcada pela liberação do objeto de estudo, ou seja, a formação histórica de um processo comunicacional singular, isto é, a própria atualidade como produto da atividade dos meios de comunicação.

2) 1920-1930. *Flerte com a ciência* – Uma segunda etapa se abre no momento em que se vê a possibilidade de tratar as questões sobre os efeitos e influência da imprensa (e outros meios de comunicação emergentes, como o telefone, telégrafo) com base no então vitorioso “método científico”. Fortemente marcados pelo espírito da época, os anos 1920 e 1930 começam a empregar análises e teorias científicas para avaliar a ação dos meios de comunicação, mas não são pesquisas, apenas ilustram seus pensamentos com material retirado de trabalhos científicos<sup>6</sup>. Trabalhos como os de Walter Lippmann e Serge Tchakhotine são paradigmáticos dessa nova tendência. Trata-se de uma primeira aproximação com a ciência, mas ainda não são propriamente trabalhos científicos. Em todo caso, espera-se um maior rigor para a questão dos meios, que perdura como um desafio que exige repostas cada vez mais urgentes, na medida em que se acelera o processo de uso dos meios de comunicação e aparece a clara dependência da organização social em relação a esse tipo de tecnologia.

3) 1940-1950. *Científico* – A terceira etapa é marcada pelo contexto da Segunda Guerra Mundial e a demanda de tratamento da informação, seja de cunho civil ou militar. A experiência acumulada em conflitos anteriores (desde a Guerra de Secessão norte-americana) leva o exército estadunidense a investir maciçamente em pesquisas para desenvolver estratégias de uso de meios como a imprensa, o rádio e o cinema. Psicólogos, cientistas políticos e sociólogos são mobilizados para dar conta da questão e põem em marcha um processo que culminará com o desenho de um domínio de pesquisas e conhecimentos relativos à comunicação mediada. O campo é constituído pela contribuição das várias disciplinas envolvidas com processos comunicacionais de modo geral: psicologia, sociologia, ciências políticas, lingüística etc.

4) 1960-1970. *Cético* – É somente nos anos 1960 que se iniciam os debates epistemológicos e o trabalho de sistematização teórica. Duas

6 É altamente significativo que o livro de Tchakhotine (*A violentação das massas pela propaganda política*) tenha sido dedicado a Pavlov e a Aldous Huxley, um claro tributo à ficção científica, com a qual, aliás, as obras relativas a esse período se assemelham, servindo-se de conhecimentos científicos, sem no entanto caracterizarem pesquisa científica.

tendências, formadas no período anterior, vão repercutir suas diferenças nesse domínio: a científica, de viés empírico, e a crítica, comprometida com as lutas sociais e políticas. Apesar de suas diferenças, essas tendências convergem, por razões muito diferentes, na compreensão do saber comunicacional como um domínio interdisciplinar. Seja porque ele é tributário do saber de outras disciplinas científicas, seja porque a própria divisão dos saberes é contestada como um dispositivo ideológico. De qualquer modo, é a interdisciplinaridade que prevalece e se impõe, não obstante suas contradições, como pano de fundo do pensamento epistemológico. O campo é percebido como interdisciplinar, seja porque se trata de uma etapa em seu desenvolvimento, seja porque isso vem de sua própria natureza do fenômeno em questão.

5) 1980 e posterior. *Interdisciplinar* – A partir dos anos 1980 surge uma outra versão da interdisciplinaridade que irá dominar o pensamento epistemológico da área. Contrária e reativa ao pensamento científico, a nova compreensão da interdisciplinaridade terá conseqüências diretas na idéia do saber comunicacional, fazendo com que vários pesquisadores não somente abandonem, mas também rejeitem qualquer tentativa de formular a comunicação no plano da ciência. O estatuto disciplinar fica suspenso, ou melhor, o saber comunicacional passa a ser identificado com a interdisciplinaridade, a ponto de serem tomados como sinônimos (ver, por exemplo, Bougnoux 1999), ou simplesmente trata-se de uma questão superada, declarada sem interesse, proclamando-se peremptoriamente o saber comunicacional como uma forma de conhecimento *sui generis*, produto e produtor de um novo estado das coisas e do mundo. Isso fará com que os pesquisadores orientem sua atenção para longe das questões epistemológicas, aparentemente resolvidas por discursos cheios de argumentos incultos e despropositados contra a ciência, deixando-se levar por análises muitas vezes superficiais sobre a novidade do mundo contemporâneo. Do ponto de vista epistemológico, o êxito de elementos tão frágeis não deixa dúvidas sobre o pouco desenvolvimento do pensamento teórico em nossa área. A comunicação ainda é vista como área interdisciplinar, colocando-se para além e acima da ciência.

É neste último período que o termo *campo* aparece nos estudos de comunicação e tem se firmado graças à sobreposição de duas conotações diferentes. Uma mais neutra, designando apenas um certo domínio de estudo, outra mais engajada com um posicionamento epistemológico ligado, direta ou indiretamente, à interdisciplinaridade.

Um dos poucos consensos, se não o único, é de que a área é bastante variada: objetos de pesquisa, metodologias, domínios temáticos, abordagens, interpretações... tudo, no campo comunicacional, parece ir ao encontro da diversidade e da polêmica, salvo a própria constatação da diversidade mesma.

## **Diversidade**

Mas se a diversidade de compreensões é um fato, ou o fato mesmo por excelência, quando se fala do campo comunicacional, como podemos equacionar o problema de sua descrição? Como obter uma representação, um panorama de algo que desborda todas as classificações e resiste a qualquer definição? A idéia de representar o campo comunicacional parece se colocar de forma contraditória com a expectativa criada pelo pensamento complexo e disseminada com o pensamento interdisciplinar.

A seguir tem-se uma pequena descrição de quatro tipos de abordagem ou de apresentação do campo comunicacional encontrada na bibliografia específica. Entende-se que são representativas do modo como este trabalho tem sido realizado.

1) *Redução*. A primeira maneira de representar o campo comunicacional é *reduzi-lo a uma outra disciplina ou corrente teórica*. Felizmente esta abordagem não é muito freqüente e acredito que tenda a ser cada vez menos. Eliseo Verón (1971), por exemplo, ao apresentar a área de comunicação, afirma que essa expressão é apenas um sinônimo de *semiótica*, identificando os dois domínios de estudo. De fato as relações entre comunicação e semiótica têm gerado alguma polêmica aqui no Brasil. Mas para Pierce a semiótica constitui um ramo da filosofia, enquanto para Saussure seria um ramo da psicologia geral. Júlia Kristeva (1984), por sua vez, vê duas possibilidades: a semiologia como ciência da sig-

nificação, mas também, por outro lado, a semiologia aparece como “a metodologia das ciências que tratam os sistemas significantes, logo as ‘ciências humanas’”, pois considera essas ciências como sistemas de signos. A semiologia seria então a “infra-estrutura das ciências humanas”. De qualquer modo, a identificação colocada por Verón não satisfaz nem aqueles que vêem a semiótica/semiologia como disciplina autônoma, nem aqueles que a vêem no interior do campo comunicacional. Neste último caso, o problema não seria o de uma identificação com outra área, mas a de sua redução a apenas uma corrente teórica do campo.

Outro exemplo dessa tendência é encontrado em Mucchielli (1995: 9), que define o objeto da comunicação social como o estudo dos “contextos e sua estruturação, de onde surgem as significações das trocas”. Segundo esse psicólogo social, “as ciências da comunicação e da informação em sua abordagem têm recorrido amplamente às teorias sistêmicas e construtivistas, que reenviam a dois domínios fundamentais: a psicologia social e a filosofia” (idem: 11). O que não deixa de ser verdade (fazendo-se abstração de lacunas evidentes), mas não como quer Mucchielli, que praticamente reduz o campo teórico ao construtivismo e ao sistemismo. Em outras palavras, o campo teórico ficaria limitado a algumas contribuições da gestalt e da Escola de Palo Alto. Além disso, parece haver uma contradição nessa proposta, pois o campo da comunicação passaria a ser gerado e constituído por um tipo de abordagem *não-comuncional*, derivada da filosofia e da psicologia.

Os casos de Fourquet (1999) e de Rouquette (1998) são mais complexos. Trata-se, respectivamente, da apresentação do domínio de estudo e do processo comunicacional, mas do ponto de vista da psicologia social. O problema aqui nem é o da sobreposição, ou da convergência de interesses de disciplinas afins, mas da total desconsideração da produção da área de comunicação.

O que há de comum a todos esses casos é a representação do campo comunicacional baseada em um recorte teórico que não é o de nossa área, ou que operam uma drástica redução a apenas uma de suas correntes (como na visão de Mucchielli). A crítica aqui é bastante óbvia para que insistamos nela, contudo o que chama a atenção é que esse tipo

de material seja empregado na formação de profissionais e estudiosos de nossa área, sem qualquer reflexão ou distanciamento crítico.

2) *História*. Traçar a história é uma das abordagens mais empregadas para apresentar o campo comunicacional. Seja na forma de um simples guia para a exposição das idéias, seja encadeando as datas de surgimento de teorias (ver, por exemplo, Delia 1987; Miège 2000; Mattelart & Mattelart 2003) ou de instituições (ver, por exemplo, Fuentes Navarro 1998), avanços tecnológicos (ver, por exemplo, Stephens 1993; Giovannini 1987) ou acontecimentos sociais relevantes. De fato, são muitas as maneiras que a história pode contribuir para elucidar a emergência do campo.

Lembremos duas delas que nos parecem particularmente importantes e que foram discutidas por nós em outros textos: a) a história pode nos ajudar na definição do objeto comunicacional, visto que é a singularização histórica do processo comunicacional, baseada na emergência de um tipo de sociedade (industrial), que libera um tipo de fenômeno comunicacional inédito: a integração da comunicação midiática à nova organização social e a emergência da *atualidade* como produto da atividade midiática, o que requer um tratamento específico (Martino 2001a; 2001b); b) por outro lado, embora a abordagem histórica seja extremamente valiosa no tocante à definição do objeto de estudo da comunicação, ela pode ser empregada de modo equivocado se for tomada como substituto da discussão epistemológica (Martino 2005). A identidade do campo não pode ser dada apenas com base em um relato histórico sobre a emergência dele, já que para isso se coloca em jogo um conceito de comunicação que, mesmo implícito, acaba por ter um papel determinante no recorte e na seleção dos elementos que constituem o campo. Simplesmente não podemos contar a história daquilo que desconhecemos, e a introdução sub-reptícia de noções sobre o que é, ou o que seria a comunicação, é justamente o que o pensamento epistemológico não pode admitir. Ao contrário do que aparenta, a narrativa histórica não desvela os contornos de uma área de conhecimento, ela coloca em jogo e desdobra um conceito prévio, nada mais. Toda tentativa que parte diretamente da história do campo comunicacional traz implícita uma idéia de comunicação e é justamente isto, a discussão das diversas concepções

de comunicação, que é a matéria para a discussão epistemológica. É por essa razão que a apresentação do campo comunicacional por um viés histórico pode falsear o problema, se é o caso, como muitas vezes acontece, de procurar explicitar o campo por sua história, pretendendo substituir a epistemologia pela história.

3) *Conceito, teoria, pesquisa*. Outra maneira de se apresentar o campo comunicacional é pela elaboração de um levantamento das teorias (ver, por exemplo, Wolf 1995), ou pela discussão de alguns problemas-chave (McQuail 1994) ou pelas pesquisas realizadas (Katz 1999). Tenta-se delinear os contornos do campo por meio de sua produção teórico-investigativa.

Essa é a forma mais corrente e consagrada em outras áreas de conhecimento, que situam a discussão da disciplina em vista das diferentes formulações do objeto de estudo. Um compêndio de sociologia, por exemplo, traz uma série de teorias reconhecidas como aquelas que são fundamentais e constituem a sociologia como tal. Em nossa área estamos longe de ter um *corpus* teórico mínimo, reconhecido como constitutivos do saber comunicacional. A dispersão teórica é realmente notável e marcante. Em um recente estudo, Bryant & Miron (2005) analisaram três importantes periódicos norte-americanos e puderam encontrar 604 teorias diferentes empregadas. Uma análise dos principais livros de teorias mostra a grande dispersão teórica, de modo que, a cada obra, aparece um conjunto diferente de autores, teorias e problemas. Livros que se propõem a serem didáticos chegam a apresentar teorias completamente exclusivas entre si (ver, por exemplo, Rüdiger 1998; Bougnoux 1999).

Em nossa opinião, a principal razão para essa grande incongruência teórica, que nos impede de alcançar os benefícios de uma apropriada delimitação da área de conhecimento (fundamentação teórico-metodológica, geração de material didático mais apropriado, formação de pesquisadores, rigor dos resultados de pesquisa, crítica mais apurada etc.), é a falta de critérios explícitos que dêem respaldo objetivo e suporte operacional às seleções de teorias, problemas e mesmo de processos considerados comunicacionais, o que normalmente se dá sem nenhuma interferência de exame ou discussão crítica.

Os livros de nossa área estão repletos de teorias que não foram originalmente produzidas como teorias da comunicação. À revelia de seus autores, contra o reconhecimento que possuem em outras áreas, insistimos em vê-las como pertencendo à nossa área de estudos. Conseqüentemente, se nosso *corpus* teórico ganha em extensão, ele perde em consistência, já que essas teorias não passam por nenhum critério explícito de seleção e de inclusão em nossa área. Teorias e pesquisas vão sendo contabilizadas, sem que seja possível discernir o que é válido ou não, o que seria realmente pertinente. É muito raro termos alguma explicação por que um ou outro conjunto de teorias foi selecionado e representa o campo da comunicação. Temos apenas listas, compilações, falta a apresentação dos critérios que nos permitiram chegar a elas. Sem isso o campo comunicacional sempre será a expressão de uma interpretação pessoal, necessariamente muito diversa e incomensurável com outras; uma representação mais ou menos adequada, mais ou menos brilhante, mas privada do elemento objetivo que nos permite a discussão necessária a seu aperfeiçoamento.

Uma variante da opção pelo *recorte teórico* tem sido a discussão do próprio *conceito de comunicação*. Em vez de apresentar um conjunto de teorias ou pesquisas que poderiam representar um domínio de estudos, opta-se por uma discussão sistemática e detalhada do conceito de comunicação. Com efeito, pesquisadores e teóricos têm sido pródigos em desdobrar e multiplicar novos sentidos de comunicação. Um trabalho já clássico pôde identificar 126 diferentes acepções (Dance & Larson 1976) e nos dá uma idéia da gama de possibilidades a serem exploradas. É verdade que o próprio F. Dance, sentindo a necessidade de organizar e viabilizar o tratamento da matéria, viria a reduzir esse desconcertante conjunto de acepções, classificando-as em 15 categorias fundamentais, ou subáreas do campo comunicacional. O que sem dúvida apresenta um avanço considerável, mas, assim mesmo, não nos iludamos, pois são 15 dimensões continentais, a serem exploradas, descritas, pensadas, desdobradas; são 15 direções na rosa-dos-ventos do pensamento comunicacional, cada uma delas apontando para problemáticas específicas, constituindo diferentes eixos de investigação e mobilizando saberes fortemente variados. Claro, isso sem entrar na discussão de se essas 15 ca-



tegorias realmente abarcam e representam todas aquelas acepções e sem entrar no mérito quanto à exatidão desses números.

Podemos ter uma idéia desse tipo de desdobramento na obra de Stephen Littlejohn (1982), que, baseado no trabalho, pôde discernir nove diferentes subcampos para as teorias da comunicação. São elas:

- teoria dos sistemas e cibernética;
- interacionismo simbólico;
- teoria dos signos (codificação verbal e não-verbal);
- significado e pensamento;
- teoria da informação;
- teoria da persuasão e mudança;
- teorias de comunicação interpessoal;
- teorias de comunicação em pequenos grupos;
- teorias da organização humana; teorias de comunicação de massa.

A apresentação de Littlejohn é feita com muita competência, mas não pode escapar do problema inerente a esse tipo de abordagem: o desdobramento infinito do campo em subáreas. Por maior que seja o esforço e por mais bem fundado que esteja, o trabalho de síntese não pode superar a polissemia do termo nem pode conter todas as dimensões nas quais ele se desdobra nas práticas sociais. É por essa razão que o levantamento dos significados de comunicação não pode constituir um expediente confiável. A unidade do conjunto assim gerado, ou seja, a unidade do campo comunicacional, encontra-se apenas na polissemia do termo ou na homonímia de fenômenos muito diferentes. Falta, essencialmente, a explicitação dos critérios que permitem selecionar determinadas teorias e não outras, o que permitiria a discussão crítica e não apenas um rol de teorias ou fenômenos supostamente comunicacionais.

Aqui também somos obrigados a constatar que a fundamentação epistemológica não pode ser substituída. A discussão conceitual nos moldes lingüísticos de um controle da ambigüidade ou da simples explicitação do campo semântico do termo *comunicação* não pode dar conta de um problema, que é, essencialmente, o do *objeto de estudo* do saber comunicacional, entendido como centro de gravidade, ponto de articulação de co-

nhcimentos teóricos que, tencionados, formam então um sistema. Como tal, esses conhecimentos têm seus desenvolvimentos interligados, deixam de ser princípios isolados para se tornar interdependentes, de modo que passam a ser opostos, complementares, críticos entre si, e não termos neutros, indiferentes, como um simples recenseamento de possibilidades.

4) *Sociologia da ciência ou análise institucional*. Por fim, uma das maneiras mais em voga nos anos 1990 tem sido a da sociologia da ciência. Talvez devido à influência de problemas mal colocados ou da persistência dos impasses teóricos e o constante risco de politização dos posicionamentos, muitos pesquisadores têm optado por definir o campo comunicacional não por sua produção intelectual, mas, de forma mais objetiva, menos polêmica, que é a análise de suas instituições, como revistas, jornais, associações, mas principalmente suas instituições de formação, como as faculdades, com seus cursos de graduação e de pós-graduação.

É importante salientar que a idéia de campo toma aqui uma conotação bastante diferente das abordagens anteriores, pois os elementos em interação não são mais *teorias*, *pesquisas*, mas *agentes sociais*. O que significa dizer que saímos de um plano epistemológico para um plano de *análise social*.

Tal abordagem é fortemente marcada pela influência marxista. Suas principais premissas poderiam ser expressas mais ou menos da seguinte forma:

a) O pensamento tem origem e é determinado pelas condições materiais.

b) A heterogeneidade da sociedade de classes leva à heterogeneidade de condições materiais e ideológicas.

c) As diferentes ideologias entram em choque, pois representam interesses contraditórios.

d) A dinâmica social pode ser representada por esses choques, sendo as instituições seu resultado.

Com isso a discussão teórica é substituída pelo conflito das forças sociais, responsáveis não somente pela dinâmica da sociedade, mas pela institucionalização do saber. Em outros termos, a construção da verdade não se limita ao jogo interno do próprio conhecimento, como pressuposto

no recorte epistemológico, mas se dá como expressão e como resultante do choque entre os atores sociais. Ora, tal visão do processo de geração de conhecimento, embora tenha seu valor sociológico, não condiz com a expectativa daqueles que gostariam de ter uma idéia da comunicação como um campo de saber. Ainda que seja verdade que fatores políticos estejam indubitavelmente presentes no âmbito institucional e que acabem tendo sua influência no próprio processo de geração de conhecimento, também não se pode negar que este não se esgota simplesmente nas determinações de natureza sociopolítica às quais possam estar submetidos.

É preciso deixar claro que uma abordagem sociológica das ciências não significa necessariamente negar o ponto de vista epistemológico. O afã de suplantar as discussões epistemológicas leva, por vezes, nossos teóricos a procurar por respostas rápidas e fulminantes, verdadeiras soluções mágicas, como a simples desqualificação do problema epistemológico e sua substituição por uma análise social ou proposta política.

É o caso, por exemplo, de Fuentes Navarro (1998: 57), que propõe uma *utopística* para a área, ou seja, recolocar as estruturas de conhecimento a partir de uma

séria avaliação das alternativas históricas, do exercício de nosso juízo em relação à racionalidade material dos possíveis sistemas históricos alternativos. É a avaliação sóbria, racional e realista dos sistemas sociais humanos e suas limitações, assim como dos âmbitos abertos à criatividade humana.

Além de pressupor que a resposta para o problema da definição de nossa área passa pela reformulação de todo o conhecimento, e não apenas do saber comunicacional (e muitos levam isso a sério, a ponto de acreditar que o saber comunicacional realmente transforma os saberes instituídos, talvez confundindo-o com o processo comunicacional), há uma outra tese aí subjacente, que o autor explicita adiante, quando subcreve a afirmação de Dan Schiller de que “estudar comunicação consiste, antes, em elaborar argumentos sobre as formas e determinações do desenvolvimento sociocultural como tal”. O que dá uma boa idéia da amplitude que possui o saber comunicacional, cuja indefinição mostra o pouco cuidado com o problema em jogo.

Enfim, a abordagem sociológica oferece uma imagem do campo comunicacional como um jogo entre atores sociais, mas deixa completamente de lado toda a produção intelectual (teorias, pesquisas) para se concentrar nos aspectos político-sociais.

## Conclusão

A conclusão que se pode obter desse breve levantamento das formas de abordagem do campo comunicacional (cética, interdisciplinar, histórica, conceitual, sociologia da ciência) é que, apesar dos inegáveis avanços no conhecimento e na representação da produção de nossa área, o desenvolvimento de sua fundamentação ainda se mostra um problema pouco capaz de sensibilizar seus teóricos. A discussão sobre a natureza mesma do saber comunicacional, sua especificidade e limites, é bastante insuficiente e tem atravessado os diferentes tipos de abordagem do campo e se manifestado neles. A falta de critérios para julgar a pertinência da produção comunicacional (teorias, pesquisas) e a própria dissolução do comunicacional em outras disciplinas remontam a essa mesma raiz comum, que é a da indefinição da comunicação como um saber, daquilo que constitui sua perspectiva de análise e explicação dos fenômenos sociais.

Para finalizar, gostaria de deixar registrado dois eixos para o debate, duas questões que me parecem centrais e que estão colocadas como premissas de toda a discussão relativa ao campo comunicacional, qualquer que seja a abordagem pela qual se queira tomá-lo:

a) *Meios de comunicação ou comunicação interpessoal?* O processo comunicacional deve ser definido com base na *centralidade* dos meios de comunicação ou deve ser tomado com base em uma extensão maior, abarcando processos comunicacionais não-mediados (a comunicação interpessoal e todas as linguagens em sentido amplo, por exemplo)?

b) *Comunicação como ciência ou interdisciplinaridade?* Como definir o saber comunicacional? Qual sua especificidade e que relações mantém com outros saberes?

As representações que hoje temos do campo comunicacional são derivadas diretamente desses dois problemas, que aguardam uma produção teórico-epistemológica à altura do desafio colocado e não apenas a repetição de certas “verdades” confortáveis ou certos consensos frágeis que muitas vezes dominam a visão do campo, sem contribuir para a produção de conhecimento.

### Referências bibliográficas

- BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: Edusc, 1999.
- BRYANT, Jennings & MIRON, Dorina. “Theory and research in mass communication”, in *Journal of Communication*, vol. 54, dez./2004, p. 662-704.
- DANCE, F. E. X. & LARSON, C. E. *The functions of human communication: a theoretical approach*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1976.
- DEFLEUR, Melvin L. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- DELIA, J. G. “Communication research: a history”, in BERGER, C. R. & CHAFFEE, S. H. (eds.). *Handbook of communication science*. Newbury Park: Sage, 1987, p. 20-98.
- FOURQUET, Marie-Pierre. “Un siècle de théories de l’influence: histoire du procès des médias”, in *MEI* nº 10 (numéro thématique “Histoire et communication”). Paris: L’Harmattan, 1999.
- FUENTES NAVARRO, Raúl (1999). “La investigación de la comunicación en América Latina: condiciones y perspectivas para el siglo XXI”, in *Diálogos de la comunicación*, nº 56, out./1999. Disponível em: <<http://www.caletasur.cl/biblioteca/docomundesarrollo/docomudesarro.htm>>. Acesso em: 25/8/2005.
- GIOVANNINI, Giovanni (coord.). *Evolução na comunicação: do sílex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- KATZ, E. “A propos des médias et de leurs effets”, in SFEZ, L. (org.). *Technologies et symboliques de la communication*. Colloque de Ceresy 1988. Presses Universitaires de Grenoble, 1990, p. 275-282. Tradução para o português de Luiz C. Martino, fotocópia, Brasília, 1999.
- KRISTEVA, Julia. “Semiotique”, in *Encyclopédie Universalis* (CD-ROM). Paris, 1984.
- LITTLEJOHN, Stephen W. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- MARTINO, Luiz C. “Ceticismo e inteligibilidade do saber comunicacional”, in *Ciberlegenda*, revista eletrônica do PPG da Universidade Federal Fluminense, 2001a. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/rep.htm>>. Acesso em: 20/8/2005.

- \_\_\_\_\_. “Globalização e sociedade mediática”, in FAUSTO NETO, A. et al. (orgs.). *Práticas midiáticas e espaço público*. EDIPUCRS COMPÓS – Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre, 2001b.
- \_\_\_\_\_. “Interdisciplinaridade e objeto da comunicação”, in HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. & FRANÇA, V. (orgs.). *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001c.
- \_\_\_\_\_. “As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação”, in LOPES, M. I. V. (org.) *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 69-101.
- \_\_\_\_\_. “Elementos para uma epistemologia da comunicação”, in FAUSTO NETO, A.; PORTO, S. D. & PRADO, J. L. A. (eds.). *Campo da comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001d.
- \_\_\_\_\_. “Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação”. Texto apresentado no Congresso da ALAIC – Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação, realizado na Universidad Nacional de La Plata em out./2004.
- \_\_\_\_\_. “História e identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional”, in *E-COMPÓS* – Revista da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação, nº 1, dez./2005. Disponível em: <<http://www.compos.org.br>>. Acesso em: 30/12/2005.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MCQUAIL, Denis. *Introducción a la teoría de la comunicación de masas*. 3. ed. Barcelona: Paidós, 1994.
- MIÈGE, Bernard. *O pensamento comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MUCCHIELLI, Alex. *Les sciences de l'information et de la communication*. 2. ed. Paris: Hachette, 1995.
- NIXON, Raymond B. *Investigaciones sobre comunicación colectiva: rumbos y tendencias*. Quito: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación, 1968.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. *Los modelos de la comunicación*. Madri: Tecnos, 1989.
- ROUQUETTE, Michel-Louis. *La communication sociale*. Paris: Dunod, 1998.
- RÜDIGER, Francisco. *Introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Edicon, 1998.
- SCHRAMM, Wilbur. *Ciencia de la comunicación humana*. Quito: Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación, 1965.
- STEPHENS, Mitchell. *História das comunicações: do tantã ao satélite*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- VERÓN, Eliseo. “Hacia una ciencia dela comunicación social”, in *Lengage y comunicación social*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1971.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1995.